

Diálogos

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

ISSN 2520-5927

Ano 2/ n.º 2/ 2017



Sociedade & Cultura

Universidade Nacional Timor Lorosa'e
Dili, Timor-Leste

A INSÍDIA DAS FORMAS – ENSAIO SEMIÓTICO RELATIVO A “RIO TIMOR” NO ATLAS VALLARD E “BRASILIA INFERIOR” NO GLOBO DE SCHÖNER

JOSÉ PINTO CASQUILHO*

A Francisco Castro Rego, pela indução do enigma ...

A Maria Lucília Estanco Louro, que reencontrei citada, e a
Sérgio Campos Matos, com saudades,

Aos timorenses.

*That continental land, nevertheless, so far from being imaginary
or an invention of cartographers, was nothing else than
Australia, now justly considered by competent judges as having
been discovered, visited, and named by unknown Portuguese
mariners—whose maps furnished the cartographical data used
in the Dieppe charts—sixty or seventy years before the Dutch first
sighted the shores of that extensive country.*

H. Harris (1892, p. 97).

Resumo: Neste ensaio, partindo-se da menção “Rio timor” no Atlas Vallard datado de 1547, procura-se reconstituir a origem primeva da informação, sustentando-se a hipótese de que os portugueses foram os primeiros europeus a fazer o reconhecimento da linha de costa do que hoje designamos como Austrália. Nessa demanda, conclui-se que existem relatos de cronistas e outros, que permitem situar Francisco Serrão como uma fonte de informação na região das Molucas – mencionando, em cartas, um “um novo mundo” com vasta extensão - que teria sido encaminhada para Portugal, aí chegando cerca de 1515, incluindo padrão. Infere-se que terá sido essa uma origem provável da representação cartográfica de *Brasilie Regio* no globo de Schöner datado de 1515, depois atualizado como *Brasilia Inferior* no globo de 1520, numa configuração cuja semelhança com a linha de costa da parte ocidental australiana é indelével, associando-se com uma anomalia presente na América do Sul no mapa de Brouscon de 1543. Ainda se discute o contexto narrativo e ideológico da época que terá sido suporte de significação dos mapas de Dieppe, com ênfase nos relatos de João Afonso e nas agendas políticas, destacando a política de sigilo que então vigorava na coroa portuguesa com incidência particular na região das Molucas.

Palavras-chave: Mapas de Dieppe; Rio Timor; Globos de Schöner; *Brasilia Inferior*; João Afonso; Francisco Serrão; Política de Sigilo; Abdução.

* Diretor da Unidade de Ensino e Pesquisa Científica (PPGP/UNTL) – Universidade Nacional Timor Lorosa’e.

THE INSIDIOUSNESS OF SHAPES – SEMIOTIC ESSAY CONCERNING “RIO TIMOR” AT THE ATLAS VALLARD AND “BRASILIE REGIO” ON THE SCHÖNER GLOBE

Abstract: In this essay, starting from the terms “Rio Timor” in the Atlas Vallard dating from 1547, it is sought to reconstitute the primeval source of information, sustaining the hypothesis that the Portuguese were the first Europeans to recognize the coastline relative to what we designate as Australia nowadays. In this research it is concluded that there are reports of chroniclers and other, which allow Francisco Serrão to be placed as a source of information in the Moluccas region – mentioning, in letters, a “new world” with a vast extension - that would have been sent to Portugal circa 1515, including maps. It is inferred that this was a likely source concerning the cartographic representation of *Brasilie Regio* on the Schöner globe dating from 1515, later updated as *Brasilia Inferior* on the globe of 1520, in shapes whose resemblance to the coastline of the western part of Australia is indelible, associated with an anomaly present in South America on the Broussonet map of 1543. The narrative and ideological context of the time that has supported the signification of the Dieppe maps is still discussed, with emphasis on the accounts of João Afonso and the political agendas, including the policy of secrecy that then prevailed in the Portuguese crown, with particular incidence in the region of the Moluccas.

Keywords: Maps of Dieppe; Rio Timor; Schöner globes; *Brasilia Inferior*; João Afonso; Francisco Serrão; Policy of Secrecy; Abduction.

INTRODUÇÃO

Este ensaio não é escrito por um historiador. São utilizadas variadas fontes históricas, referenciadas ao longo do texto e na bibliografia, assim como escritos doutrinários, mas o objeto que se visa é sopesar a *significação* – associada à verosimilhança, cuja medida se designa frequentemente por probabilidade – no caso focando-nos nos topónimos portugueses do Atlas Vallard de 1547, um dos mapas da escola cartográfica de Dieppe na Normandia francesa. Poderá então situar-se como um ensaio semiótico, conforme mencionado no título.

A questão que se irá colocar procede do enunciado seguinte, na forma interrogada: o que será mais verossímil? Admitir que os mapas de Dieppe – no que se refere a uma grande massa terrestre presente a sul da ilha de Timor, frequentemente designada “Java la Grande” ou “Grande Java” – foram uma

construção totalmente fantasiosa como alguns afirmam (e.g. King, 2013), mera projeção accidental dos conceitos escatológicos herdados da Metafísica de Aristóteles e da Geografia de Ptolomeu entre outros, ou que, pelo contrário, enraízam em informação de natureza empírica e portanto com origem experimental? E, correlativamente, poder-se-á então dizer – ou não – que existe evidência de que foram os portugueses os primeiros europeus a proceder ao reconhecimento marítimo das costas do que hoje designamos por Austrália?

Como veremos no texto, propomo-nos fazer remontar a origem da informação tendo por referência os globos de Schöner datados de 1520 e 1515 e a viagem de António de Abreu e Francisco Serrão às Molucas em 1511/12. António de Abreu partiu de Malaca em novembro de 1511, com as ordens¹ que Afonso de Albuquerque relata numa carta escrita ao rei, datada de 20 de agosto de 1512, onde se refere a presença de Francisco Serrão e de Francisco Rodrigues. Nela se diz (Pato, 1884, p. 68; Matos, 2007, p. 42):

a nao çabaya e a nao samta catharina e a caravela latina sam carregadas de mercadorias aas ilhas do cravo carregar de cravo: vay nelas por capitam moor amtonio d abreu, sota capitam francisco serrão, vay na caravela latina symam afomso [...] partiram no mês de novembro, dous meses e meo amtes que eu partisse; levam dous pilotos da terra e tres portugueses, he hum gomçalo d oliveira e o outro luis botim e o outro francisco rrodriguez, homem mamcebo que quaa amdava, de muy boom saber, e sabe fazer padrões [...].

Tal ancoragem cronológica na armada de António de Abreu decorre sem prejuízo de que a informação relativa ao reconhecimento da costa australiana poderá – e, por certo, deverá – ter sido complementada sucessivamente em excursões ulteriores, nomeadamente no que se refere à identificação minuciosa dos acidentes geográficos e correspondente fixação toponímica presentes no Atlas Vallard. Também, não será neste escrito que se poderá explanar a problemática dos mapas de Dieppe em toda a sua amplitude e profundidade, de que decorre que não será aqui que se pretenderá que o assunto seja encerrado. Aliás, este texto segue na continuidade de outro relativo a uma primeira demanda sobre o enigma da(s) ilha(s) do ouro (Casquilho, 2016).

¹ O regimento desta armada é detalhado com mais pormenor em Castanheda (1552, p. 148).

A questão que aqui se discute não é nova e implica uma celeuma que já vai longa em mais de dois séculos, podendo considerar-se iniciada por Alexander Dalrymple em 1786, a propósito de um dos mapas de Dieppe, designado por “Delfim” ou “Harleian” (c. 1547) representado na Figura 1, tendo então sido insinuado que, aparentemente, James Cook não teria sido o primeiro a cartografar a costa oriental da Austrália, reportando exemplos como sejam: “*Baye perdue*” para o que Cook designou “*Bay of Inlets*” ou “*Coste dangereuse*” onde o Endeavour encalhou (Dalrymple, 1786, p. 4).



Figura 1 – Mapa dito “Delfim” ou “Harleian” (c. 1547) – um dos mapas de Dieppe que mostra “Java la Grande” – uma massa continental a sul de Java.

DOS MAPAS DE DIEPPE: RIO TIMOR NO ATLAS VALLARD (1547)

De acordo com McIntyre (1982, p. 124) a lista dos mapas de Dieppe conhecidos é a seguinte: Harleian ou Delfim (c. 1547); Desliens ‘danificado’ (1541); Rotz ‘plano’ (1542); Rotz ‘circular’ (1542); Desceliers ‘Real’ (c. 1546); Desceliers (1550); Desceliers ‘perdido’ (1553); Vallard (1547); Le Testu (1556); Desliens (1563; 1566). Já Oliveira (2013, p. 30) acrescenta o mapa-mundo de Guillaume Brouscon de 1543, e modifica as datas de Desliens para 1566, 1567; por outro lado, King (2013, p. 30) ainda nomeia Jean Mallard (c. 1538), João Afonso (1544), Desceliers (c. 1555) e Desliens (1561). Considera-se esta lista suficiente, ainda que aproximada no que concerne a algumas datas, para a deriva que sucede.

É assim que nos deparamos na Figura 2 com a presença do topónimo “Rio timor” num mapa do Atlas Vallard que é frequentemente referido como representando a costa oriental da Austrália, aí designada como “Terra Java”, cuja edição remontará a 1547 conforme inscrito no frontispício – embora haja quem defenda que poderá ser anterior, ainda que posterior a 1539 (Major, 1859: xxviii) – e terá sido produzido na escola cartográfica de Dieppe na região normanda de França. Se Vallard terá sido o cartógrafo ou um proprietário é assunto não esclarecido, mas que não se afigura relevante no que sucede. Pertinente será referir a obra de Trickett (2007), onde o autor mostra uma extensa correspondência biunívoca entre sítios nomeados do Atlas Vallard e lugares compatíveis na cartografia atual da costa australiana.



Figura 2 – Excerto de um mapa do Atlas Vallard (1547)² relativo à linha de costa oriental de Terra Java, orientado a sul.

² Original: http://dpg.lib.berkeley.edu/webdb/dsheh/heh_br?Description=&CallNumber=HM+29

O mapa está orientado a sul, e pode-se ver que a progressão descritiva seguiu nesse sentido – aliás de acordo com as correntes marítimas dominantes na região, conforme se pode observar em Worth (2013) – porquanto nos deparamos com topónimos como sejam “Rio primero” (a vermelho), ficando o “Rio timor” entre aquele e um “Rio secondo”; pelo meio entrevemos o topónimo “costa dangeroza” – caso típico de galicização de um nome português pois “dangeroza”³ é a tradução afrancesada do termo português “perigosa”; a sul de “Rio timor” surge “cap double”, termo francês para “cabo duplo”. Poder-se-ia invocar muitos outros exemplos de topónimos, mas estes parecem ser suficientes para o que nos propomos discutir.

Na parte inferior do mapa, portanto a norte, está assinalada a ilha de Timor com uma forma triangular, compatível com a cartografia quinhentista (e. g. Durand, 2006), ao lado de uma ilha maior onde se vê o topónimo “*Frolles*”, designação em português arcaico do termo atual “flores”. O “*Cabo de Frolles*” – chamado localmente Tamjambão (Matos, 2007, p. 65) – é a ponta norte da ilha então frequentemente nomeada como Ende ou Solor⁴, sendo um termo que perdurou no tempo dando hoje o nome à ilha de Flores.

Para situar o ensaio que se segue, torna-se pertinente apresentarmos um excerto do debuxo de Francisco Rodrigues, datado de cerca de 1513, que permanece uma referência incontornável da cartografia da região, onde se pode ver na parte inferior da Figura 3, da esquerda para a direita: a extrema oriental de Java, seguindo-se Bali, Lombok e outras, e o marco de navegação “*Cabo de Frolles*”, a que se segue Timor, aí referida como a ilha onde nasce o sândalo. Winter (1949) afirma que estes mapas de Rodrigues são de natureza invulgar, sobretudo no que se refere às Molucas, pois que aparecem miscigenados com o traçado de perfis de ilhas, típico da representação cartográfica árabe.

O “*Cabo de Frolles*” era uma referência singular na navegação da zona porque marcava o início do canal de Solor, quer na demanda do sândalo da ilha Timor, quer nas rotas em direção às Molucas que seguiam o mais das vezes a norte da ilha Adonara – conforme nos diz Tomé Pires nomeando-a “Batutara”

³ Em francês contemporâneo: *dangereuse*.

⁴ Por exemplo, Tomé Pires em *Suma Oriental* datado de c. 1515, designa-a por Solor (Cortesão, 1944, p. 438).

(Cortesão, 1944, p. 439) – até que em 1526 se começou a ensaiar outra via mais rápida passando a norte de Bornéu (Barros, (1615) 1777c, p. 102), mais concretamente iniciada pela viagem de Jorge de Meneses, de Malaca para as Molucas, que se tornou a rota mais importante para os desígnios da coroa, mas não para aqueles que visavam comerciar pelo caminho, que continuaram a utilizar a rota antiga.



Figura 3 – Trechos de mapas do Livro de Francisco Rodrigues (c. 1513) – setas: da esquerda para a direita: Cabo de Frolles e ilha de Timor.

Regressando ao Atlas Vallard, a existência do topónimo “timor” numa representação da costa oriental da Austrália não é de surpreender, sabido que em língua malaia “*timur*” significa leste, levante, e também como vínculo de proximidade à ilha do mesmo nome, onde é sabido que os portugueses aportaram desde cerca de 1513-1515, efetuando contactos regulares desde então a propósito da demanda do sândalo, sobretudo na costa sul (e.g. Casquilho, 2014). Embora, como nos diz Thomaz (2013), ao contrário do comércio das especiarias de Maluco e Banda (cravo, maçã e noz-moscada), o comércio do sândalo não era reservado à coroa, mas deixado à exploração privada, de que pouco se sabe, pois os mercadores por sua própria conta não nos legaram arquivos.

Pelo lado francófono, é conhecida a expedição de reconhecimento geográfico ao sudeste asiático efetuada pelos irmãos Jean e Raoul Parmentier à ilha de Samatra, em 1529/30 da qual resultou a publicação do relato em 1883, intitulado *Le discours de la navigation*⁵, que terá sido compilado a partir

⁵ A partir de um texto prefaciado em 1575 por Guillaume Lefèvre.

das anotações do companheiro de viagem Pierre Grignon, pois que os irmãos Parmentier faleceram antes do regresso – mas não se vê nesse texto qualquer referência à “Grande Java” ou termo afim. Antes dessa, também estão referidas pelo menos duas outras viagens efetuadas por franceses, uma das quais proveniente do porto de Dieppe que aportou a Dio em 1527, comandada e pilotada pelo português Estevão Dias que terá sido aí preso acabando mal, bem como os franceses, como nos diz João de Barros (1615; 1777c, p. 583).

JOÃO AFONSO

Por outro lado, está bem documentado que o piloto português algarvio João Afonso – depois conhecido por Jean Fonteneau ou ainda Alphonse de Saintonges – a quem Francisco I de França passou carta de naturalização por volta de 1541 – sabendo-se que uma década antes já estaria em França – foi objeto de missivas de D. João III ao seu embaixador em Paris. Essa correspondência visava a sua repatriação, aliás não conseguida, incluindo uma carta de perdão pela qual o soberano português o absolvía de ter transmitido segredos náuticos a estrangeiros (Thomaz, 2013, p. 91).

João Afonso, que terá iniciado as viagens marítimas com 12 anos de idade cerca de 1496, e falecido em 1544-49, torna-se assim uma referência indispensável relativamente à existência dos mapas de Dieppe, tendo o piloto português deixado testemunhos escritos das suas viagens, incluindo debuxos, associados às narrativas dos lugares por ele visitados ou avistados, ou ainda de que terá ouvido falar. Destacam-se os títulos, *Les voyages aventureux du Capitaine Ian Alfonse* – datável de entre 1527 e 1536 (Thomaz, 2013, p. 91), ainda que publicado em 1559 – e *La cosmographie avec l'espère et régime du soleil du nord par Jean Fonteneau dit Alfonse de Saintonge, capitaine-pilote de François Ier*, datado de 1544, mas só publicado e anotado por Georges Musset em 1904.

Em *La cosmographie*, Afonso descreve minuciosamente a ilha de Taprobana, realmente Samatra, e que no tempo de Marco Polo terá sido designada Java Menor⁶ (e.g. Masefield, 1914, pp. 335-338; Thomaz, 2013, p.

⁶ Collingridge (1895, pp. 27, 182) esclarece-nos sobre este assunto: “Marco Polo considered our modern Java and Australia as one - the south coast of Java being unknown - and called

92) considerando então o autor que a ilha de Java se ligaria à Terra Austrália e ao Estreito de Magalhães⁷, ainda dizendo tê-la(s) avistado e afirmando (Afonso 1544, 1904, pp. 389, 399): “A que se chama Java Menor é uma ilha. Mas a Grande Java é terra firme⁸” – “terra firme” era a terminologia da época para o que hoje designamos como continente.

Em *Les voyages aventureux* João Afonso (1559, pp. 33v.-35v.) descreve a passagem pelo Estreito de Magalhães, que refere como tendo cerca de 80 léguas de comprimento, afirmando que se encontra a 55 graus de latitude sul, dizendo que depois de percorrer algumas centenas de léguas na direção noroeste existe um cabo que os espanhóis terão recentemente descoberto que se situa a 10 graus; Afonso continua a sua narração, mencionando frequentemente “ilhas de homens brancos”⁹, o que poderá ter várias interpretações. Referindo-se à costa de Java, diz que tem grandes estreitos e muitas ilhas perigosas, e que as gentes são como as do Brasil, adoram o sol e a lua, dizendo ainda que entre a “Trop-bonne” (Taprobana/Samatra) e a terra firme de Java o perigo do mar é tal que os navios não navegam.

Enfim, se relatamos algumas informações prestadas por João Afonso é para se ter uma noção do que poderá ter suportado a esquematização dos mapas de Dieppe no que se refere à existência da massa continental a sul de Java. Em debuxo mostrado seguidamente na Figura 4, Afonso (1544, 1904, p. 391) deixou uma concepção ilustrada em relação a esta região do sudeste asiático, e a confusa nomenclatura das ilhas então prevalecente: Bornéu está ausente e Celebes também, enquanto as ilhas Molucas estão parcialmente representadas, e realmente o que o autor aí designa por

it Java Major. He also gave this generic name of Java to Sumatra; and to distinguish it from the larger one, he called it Java Minor” ainda recordando que Marco Polo dizia de Java Major: “the largest island in the world”.

⁷ “Cette Jave tient en occident au detroit de Magaillar et en orient à la terre Australle selon la rondeur du monde.” (p. 399).

⁸ “Celle que l’on appelle Jave Mynore est une isle. Mais la Grand Jave est terre ferme.”

⁹ E, de facto aparece essa designação fixada cartograficamente por exemplo no Mapa Anónimo de c. 1540 da Herzog August Bibliothek e no Atlas da coleção Machado Figueira c. 1615-22, atribuído a Godinho de Erédia. Ainda, num texto presumivelmente de Gabriel Rebelo, c. 1569, se diz: “Papua, em todas as linguas de Maluquo diz Cafre, e así são pretos como malavares, magros, feios e de grandes grenhas [...] A entre eles alguns, mui branquos e sardos, que não vem com o sol.”, assim relatando-se evidência de fenómenos locais de albinismo.

“Java Menor” é uma ilha que pode considerar-se Sumbawa na interpretação proposta por Thomaz (1995) relativamente a um mapa anónimo de c. 1535 – o que está conforme com a descrição de Duarte Barbosa (1516-1966, p. 210) – parecendo, no entanto, no caso do Atlas Vallard que segue a mesma disposição, aplicar-se antes a Ende ou ilha de Flores, embora com uma silhueta incorrecta, por via da menção ao “Cabo de Frolles”. Enquanto emerge a sul o início de uma massa continental que João Afonso (1544; 1904) supunha existir na continuidade da ilha de Java, que ele designa de Java Maior ou Terre Ostralle/Australle¹⁰.



Figura 4 – Debuxo de João Afonso mostrando a região da península de Malaca a norte (4), seguindo-se a sul Samatra/Taprobana (3); Java Menor (1) que será a ilha de Sumbawa ou de Flores, embora deformada; e Java Maior (2) a sul, formada pela ilha de Java e eventualmente ilhas adjacentes do arco da Sonda, prolongadas para sul numa massa continental.

Esta representação pode ser confrontada com o mapa atribuído a Gaspar Viegas de c. 1537, anterior portanto aos mapas de Dieppe, que se encontra na Biblioteca Riccardiana em Florença, de que se apresenta um excerto na Figura 5, onde, na sequência da extrema sul de Samatra se representa a ilha

¹⁰ J'estime que ceste coste de la mer Occéane qu'est dicte coste Australle se va rendre en Orient, à la Jave, du cousté d'occident de ladicte Jave. Toutesfois jusques à présent n'est point découvert parceque l'on n'y ose aller à cause des froidures et tormentes du polle antar (...) (idem, p. 427).

de Java e as ilhas adjacentes do arco da Sonda, com as linhas de costa sul por desenhar – com excepção de Timor que nessa latitude aparece completamente demarcada e sinalizada com uma bandeira de quinas.



Figura 5 – Excerto sul/sudeste do mapa atribuído a Gaspar Viegas – c. 1537: costa norte de Java e ilhas adjacentes do arco da Sonda; a ilha de Timor apresenta uma bandeira com quinas.

No mapa representado na Figura 5 nota-se um aparente retrocesso relativamente à informação constante no mapa da Figura 3 de Francisco Rodrigues – onde as ilhas de Java e seguintes são representadas com a costa sul desenhada; mas este, como se discutirá adiante, poderá ter sido inspirado numa carta náutica javanesa como refere, em carta ao rei, Afonso de Albuquerque.

A pragmática da cartografia portuguesa optava por não representar o desconhecido, figurando-o em aberto, sem fronteira definida. De facto, João de Barros diz-nos na *Década II da Ásia*: “Terá de comprimento esta ilha Java cento e noventa léguas, e da largura não temos certa notícia, por aquela face do sul não ser ainda por nós navegada [...]” (Barros, 1553, 1777b, p. 351); também Castanheda (1552, p. 131) refere que a costa da banda norte será de cento e setenta léguas e diz que a costa do sul não era ainda descoberta; ainda, Diogo de Couto (1602; 1778^a, p. 165) atualiza a informação para cento e sessenta léguas de comprimento e, de largura no máximo setenta, mas confirma “aquela parte das costas, que lhe ficam da banda do sul, não é tratada de nós, nem se lhe sabem portos nem baías”¹¹. Sabendo-se que Camões esteve desterrado nas Molucas (Frade, 1999, p. 113), justifica-se transcrever este excerto de

¹¹ E, de facto, no *Atlas de Fernão Vaz Dourado* reportado a 1571 a ilha de Java ainda aparece com a costa sul por desenhar, ao contrário das subsequentes a oriente, no arco da Sonda.

Os Lusíadas (Camões, 1572, p. 183): “Olha a Sunda, tão larga que ùa banda esconde pera o sul dificultoso”. Como veremos, também se poderia dizer que a cartografia da época não representava o secreto.

DERIVA DE UM CONTINENTE: *BRASILIA INFERIOR*

Comecemos esta digressão através de um dos mapas da escola de Dieppe, de Guillaume Brouscon, datado de 1543, que se mostra na Figura 6.



Figura 6 – Mapa de Guillaume Brouscon de Dieppe¹², 1543 – nas elipses estão assinaladas as singularidades discutidas no texto.

Nele podemos observar duas particularidades: a) em conformidade com o debuxo da Figura 4 de João Afonso, aparece uma grande massa continental a orien-

¹² [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guillaume_Brouscon._World_chart,_which_includes_America_and_a_large_Terra_Java_\(Australia\)._HM_46._PORTOLAN_ATLAS_and_NAUTICAL_ALMANAC._France,_1543.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guillaume_Brouscon._World_chart,_which_includes_America_and_a_large_Terra_Java_(Australia)._HM_46._PORTOLAN_ATLAS_and_NAUTICAL_ALMANAC._France,_1543.jpg)

te, abaixo de Samatra, ligando-se à ilha de Java e estendendo-se a sul – designada “Terre Ostrale”¹³ – semelhante à representada na Figura 1 aproximadamente na mesma localização; b) na América do Sul, na zona do Perú, surge uma protuberância anômala que Thomaz (2013) bem observou ter uma semelhança sensível com a costa ocidental da Austrália, ou ainda, em escrito anterior, dizendo que o cartógrafo parece ter utilizado um mapa separado dessa costa (Thomaz, 1995).

Podemos ensaiar a reconstituição da origem dessa representação anômala na América do Sul, para o que teremos de remontar cerca de três décadas antes. Os globos de Johannes Schöner mencionados na literatura são datados de 1515, 1520, 1523 e 1533, sendo o de 1520 considerado indubitável porquanto está assinado e os restantes esclarecidos pelos documentos que os descrevem ou mencionam (e. g. Siebold, 2017), exceto o de 1523, que se supôs perdido e permanece algo controverso.

Apresenta-se na Figura 7, o referido globo de 1515 numa versão publicada em 1881¹⁴. Neste globo de Schöner, pode-se ver que a “America” é apresentada como sendo um esboço incompleto da América do Sul e que na região abaixo domina uma grande forma recortada designada *Brasilie Regio* (região do Brasil). Podemos interrogar-nos como é que surge algo que alguns interpretam como um esquisso da Antártida, meia dúzia de anos antes da circum-navegação de Magalhães. É preciso não esquecer que os globos eram feitos por concatenação da informação cartográfica plana, proveniente de mapas regionais ou locais, ainda que coordenados com mapas-mundo, de que os padrões reais seriam modelos.

Originalmente o globo de 1515 foi acompanhado de um texto designado *Luculentissima quaedam terrae totius descriptio*, sendo sabido que seria reservado: não poderia ser copiado sob pena de uma pesada multa (Siebold, 2017). É corrente referir-se que *Luculentissima* foi escrito baseando-se num texto anónimo alemão publicado (c. 1514?) em Augsburg¹⁵, sede dos financeiros Fugger e Welser, intitulado *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt*, que daria conta de viagens exploratórias efetuadas por conta do rei de Portugal.

¹³ Neste mapa, aparece também escrito “La Jave grande” e existe um canal que separa um simulacro da ilha de Java da restante massa continental a sul.

¹⁴ https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e5/%281881%29_-_T2_-_Globus_des_J._Sch%C3%B6ner_a._d._J._1515.jpg

¹⁵ Também se diz que terá sido publicado em Nuremberga.



Figura 7 – Hemisfério ocidental do globo de 1515 de Johannes Schöner¹⁶: *Brasilie Regio*.

No entanto, este trata-se de um problema bem difícil de sopesar recorrendo à tradução desse texto que nos é facultada por Schüller (1915), apenas a uma cópia do original em alemão. Em primeiro lugar, esclareça-se que

¹⁶ Globe of Johannes Schöner, 1515, a.k.a. the Weimar Globe Franz von Wieser, Magalhaes-Strasse und Austral-Continent. Auf den Globen Johannes Schaner. Beitrage zur geschichte der Erdkunde im xvi. Jahrhundert, Innsbruck, 1881.

no documento referido não consta nenhum debuxo ou alguma informação cartográfica desenhada, sendo que no frontispício antes estão representados morros com cidades de edifícios majestosos que decerto não se referem ao Brasil, e também se percebe que aparentemente quem relata não participou na expedição, reportando-a a terceiros. Transcreve-se uma parte (Schüller, 1915, pp. 117-118):

E quando chegaram áquelle clima ou região, isto é, quarenta graus de altura¹⁷ descobriram o Brasil com um Cabo, isto é, uma ponta ou um lugar que avança no mar. E navegaram em volta ou circumnavegaram esse mesmo Cabo [...]. Depois viram terra também do outro lado, quando tinham navegado perto de sessenta milhas em volta do Cabo, do mesmo modo que quem navega para Levante e passa o estreito de Gilbraltar [...] O piloto, isto é, o comandante ou capitão, que navegou neste navio, é meu optimo amigo. Elle é também o mais afamado que tem o rei de Portugal. Esteve também em algumas viagens na India e diz-me e opina que desse Cabo do Brasil, isto é, começo da terra do Brasil, não há mais de seiscentas léguas para Malaca. Pensa também que em curto tempo com tal viagio, isto é, caminho ou viagem, ir e voltar de Lisboa a Malaca, o que trará ao rei de Portugal, com a especiaría, grande auxílio. Aham também que a terra do Brasil se estende até Malaca.

Sabendo-se que não havia erros notórios na estimação da latitude (ao contrário do que se passava com a longitude), na América do Sul a 40° sul tem-se o Golfo de S. Matias, a que não corresponde nenhum estreito (estando o Estreito de Magalhães a c. 52° sul). No entanto se pensarmos na Austrália, a cerca de 37° sul tem-se o Estreito de Bass, que separa o continente da ilha da Tasmânia – ou ainda, na Nova Zelândia, observa-se que nessa latitude tem-se o Estreito de Cook. Também 600 léguas de distância a Malaca é uma distância muito mais compatível com a região da Austrália oriental ou da Nova Zelândia do que se do Brasil se tratasse. Ainda se diz mais à frente (idem, p. 119):

Nessa mesma costa ou terra há ainda memória de S. Thomé. Quiseram também mostrar aos Portuguezes as pegadas no interior do paiz. Mostram igualmente a cruz que há terra a dentro. [...] É bem crível que tenham lembrança de São Thomé, pois é sabido que São Thomé realmente está por traz de Malacca na costa de Siramatl no golfo de Ceylão.

¹⁷ De latitude sul, conclui Schüller (1915).

Ora, não se poderá dizer que este relato seja compatível com notícias minimamente credíveis sobre a região do Brasil – no mínimo será uma miscigenação estranha entre notícias de uma exploração ao Brasil, talvez ao Rio da Prata como considera Schüller (1915), e outras da região da Ásia. Sobre a lenda de S. Tomé cujo túmulo se localizaria em Meliapor na costa do Coromandel na Índia pode ler-se o tema por exemplo em Diogo de Couto (1616, 1783, pp. 467-488), aliás assunto longamente explanado em Thomaz (1991) e já mencionado por Duarte Pacheco Pereira (c. 1506, 1892, p. 101).

Continuando lendo em *Luculentissima* (Schöner, 1515, p. 60-61v), escrito em latim, refere-se, entre outras, a América como sendo a quarta parte do mundo, atribuindo a sua descoberta a Américo Vespúcio em 1497¹⁸, descrevendo os seus habitantes como canibais¹⁹ e situando-a entre 10º latitude norte e 45º latitude sul; seguidamente o autor descreve a “*Parias insula*”²⁰, situando-a entre 10º e 50º de latitude norte da qual relata várias características da terra e dos seus habitantes; segue-se a descrição de ilhas. incluindo *Spagnolla insula*, *Isabella insula*, outras como sejam Cabo Verde (*Insulae Dece*), Açores (*Septe Insulae*), Madeira e Porto Santo; e finalmente descreve *Brasilie Regio*, referindo expressamente os termos “*Circunavigarunt itaq Portugaliēn, eam regione (...)*”²¹, fazendo afirmações que se podem considerar extraídas de *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt*, como sejam a distância módica a Malaca e a menção a São Tomé, ainda referindo a existência de grandes exemplares da espécie *Cassia fistula*, vários aspectos da fauna e outros que convirá oportunamente rever.

Mas, o que se visa aqui sublinhar é que o traçado da linha de costa ocidental e norte de *Brasilie Regio* é sensivelmente aparentado ao traçado do perímetro ocidental australiano; mesmo na costa sul, embora com uma dis-

¹⁸ Há quem afirme que a designada “primeira viagem” de Vespúcio nessa data realmente não existiu, tendo-se por adquirida a “segunda viagem”, efetuada em 1499-1500.

¹⁹ Mas também nas ilhas de Samatra e Celebes há relatos de antropofagia no início do século XVI, como se lê no livro de Duarte Barbosa (1516/1966, pp. 208, 215)

²⁰ Sensivelmente correspondente à América Central e México.

²¹ A tradução de Schöner (1515: 61, 61v) parece ser: Os portugueses navegaram em torno (circum-navegaram) desta região *Brasilie Regio* e descobriram uma passagem muito semelhante à da nossa Europa (onde moramos) e situada lateralmente entre este e oeste. (...). Note-se que de acordo com a representação constante no globo, *Brasiliae Regio* estaria na parte castelhana derivada do Tratado de Tordesilhas.

torção substancial, pode-se considerar a presença da Grande Baía Australiana debuxada para dentro do território do deserto central. Subsidiariamente, várias menções reportadas de *Luculentissima* relativamente a *Brasilie Regio* são mais compatíveis com a região da Ásia do sul e sudeste: por exemplo, tem-se a menção à *Cassia fistula*, uma árvore originária do sul e sudeste asiático, símbolo atual da Tailândia, mas já Tomé Pires, em carta datada de 1516 escrita de Cochim para o rei D. Manuel, diz-nos que em Java há uma grande quantidade dessa espécie (Cortesão, 1944, p. 513) e o mesmo é referido por Duarte Barbosa (1516, p. 209), chamando-lhe canafistula.

Não será demais recordar que o termo “brasil” se aplicava a madeira tintureira carmesim, daí ter dado o nome àquela região da América do Sul antes designada Santa Cruz²² – como nos conta João de Barros na Década I da Ásia a propósito da chegada ao Brasil de Pedro Álvares Cabral (Barros, (1552) 1778, p. 391), ainda que na carta de Pero Vaz de Caminha se refira originalmente “Vera Cruz”²³.

Mas também havia madeiras tintureiras com esse mesmo nome no sudeste asiático como nos diz Garcia de Orta que, nos seus Colóquios primeiramente publicados em 1563 em Goa, refere que vale mais o sândalo vermelho, porém gasta-se pouco, e do brasil gasta-se muito (Orta, 1563, 1895, p. 283)²⁴. Ainda, Tomé Pires em Suma Oriental, escrito por volta de 1512-15, numa citação relativa à ilha de Sumbawa, no arquipélago das ilhas menores de Sonda (Cortesão, 1944, p. 438): “A Ilha De byma²⁵ [...] tem mujtos tamarjndós tem mujto brasyll que trazem a malaq^a a vemder E de malaqua vam la por elle porque he da valia de china (...)”. Aliás, podemos interrogar-nos: será que

²² Como aliás está citada no mapa de Ruyish datado de 1508 (<http://www.natgeomaps.com/ruysch-1508-map>).

²³ Carta de Pero Vaz de Caminha que dá notícia do achamento do Brasil ao rei D. Manuel I, datada de 1 de maio de 1500: “dhum grande monte muy alto & redondo, & doutras ferras mais baixas ao fui dele & de terra chaam com grandes aruoredos, ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pafcoal, & aa terra a terra davera cruz”.

²⁴ Dizendo-nos o conde de Ficalho, em anotação, que o antigo brasil da Índia e outras partes da Ásia, sendo da mesma família botânica *Caesalpinia* que o da América do Sul, voltou depois a ser geralmente designado pelo nome asiático de sappan, ou sapang no arquipélago Malaio (Orta, 1895, p. 289).

²⁵ Realmente um dos reinos de Sumbawa.

na região da Austrália existem madeiras avermelhadas que pudessem compa-
ginar-se com a designação “brasil”? A resposta é afirmativa: por exemplo, o
mogno vermelho (*Eucalyptus resinifera*; *E. pellita*) e o mogno rosa (*Dysoxylum*
fraseranum) ainda hoje são espécies florestais abundantes na Austrália, capazes
de impor uma fisionomia resoluta, sobretudo na costa leste.

As anomalias cartográficas principais que se poderiam invocar relati-
vamente a uma representação da parte ocidental do continente australiano
na Figura 7 mostram-se consideravelmente corrigidas na cópia do Globo de
Schöner de 1520, que se apresenta na Figura 8, aqui limitada ao semi-hemis-
fério sul e ocidental.



Figura 8 – Semi-hemisfério (ocidental e sul) do globo de 1520 de Johannes Schöner²⁶:
Brasilía Inferior.

Agora, numa massa continental designada *Brasilía Inferior*, pode defen-
der-se que a semelhança com a linha de costa ocidental australiana é manifes-
tamente sensível – mesmo na costa norte podendo dizer-se que já se divisa o
Golfo de Carpentária e a ponta do Cabo de Iorque onde termina a imagem
neste hemisfério, enquanto na costa sul a Grande Baía Australiana já apresenta
uma configuração compatível.

Parece pois adequado concluir-se que entre o globo produzido em 1515
e o de 1520 terá chegado a Nuremberga informação cartográfica supletiva,

²⁶ Franz von Wieser, Magalhaes-Strasse und Austral-Continent. Auf den Globen Johannes Schöner. Beiträge zur Geschichte der Erdkunde im xvi. Jahrhundert, Innsbruck, 1881.

que não só permite corrigir formas mas também alterar a toponímia: a massa continental que em 1515 era designada *America* agora aparece nomeada *Terra Nova America ou Brasilia terra dos papagaios*, enquanto *Parias* passa a ser *Terra de Cuba*, sendo que a costa do Peru, continua referida como incógnita.

Sabe-se que Schöner dispunha de cópia dos mapas de Waldseemüller de 1507 e de 1516 (Siebold, 2017), no entanto pode verificar-se que nesses mapas não há nada que sugira a representação de *Brasilie Regio* ou *Brasilia Inferior*. Como terá sido possível que a informação cartográfica terá chegado a Schöner? Invocam-se algumas pistas: Martinho da Boémia (Martin Behaim) que foi o autor do globo de Nuremberga de 1492 – designado *Erdapfel*, considerado o mais antigo que ainda hoje existe e uma das influências das obras de Schöner – fez parte da junta de matemáticos de D. João II a partir de cerca de 1483, liderada por Abraão Zacuto. Martinho terá falecido em Lisboa em julho de 1507, e poderá ter deixado contactos alinhados que teriam dado continuidade ao fluxo de informação pois sabe-se por uma carta que enviou de Antuérpia a um primo de Nuremberga, em Março de 1494, que nesta altura desempenhava duas funções: a de enviado de D. João II e a de representante comercial do seu sogro, o flamengo Josse van Hurtere, capitão-donatário das ilhas do Pico e Faial²⁷. Ou ainda Cristovão de Hare, também flamengo, que aliás se encontra nominalmente referido em *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt*, e que António Galvão (1563, p. 54) menciona como financiador da expedição de Estevão Gomes em 1525.

No texto que acompanha o globo de 1533, *Opusculum geographicum*, Schöner termina com uma breve anotação sobre “*Brasiliae Novae Terrae*” onde refere “*Brasiliae Australis*” como uma região recentemente descoberta mas não completamente conhecida, reiterando que se estende até Malaca, onde os povos não têm leis nem reis, sendo antropófagos de nações bárbaras que veneram e obedecem aos anciãos²⁸.

No entanto, e regressando ao tema de abertura desta secção, a hipótese que aqui se coloca é que a estranha excrescência anexa ao Peru na Figura 6 de

²⁷ <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1213>.

²⁸ Observe-se, para além do que já se referiu atrás em relação às Celebes e Samatra, que António Galvão (1563, p. 67) faz a mesma menção de canibalismo relativamente aos papuas.

Brouscon – num mapa datado dez anos depois do último globo de Schöner – pode entender-se como correspondendo à deriva, sucessivamente atualizada, de mapas que originaram a representação de *Brasilie Regio* e *Brasilia Inferior* o que, por sua vez, implica várias considerações que se podem considerar decorrentes: a) existiria pelo menos um mapa próprio daquela região com uma legitimidade que induziria a que não devesse ser ignorado; b) pelas afirmações constantes em *Luculentissima* a sua origem seria associável a expedições portuguesas; c) ao invés, não haveria notícia por volta de 1540 de que existisse tal forma onde era representada nos globos de Schöner de 1515 e 1520; d) a denominação *Brasilie* convocava a sua continuidade com o Brasil propriamente dito, e como a linha de costa do território do que hoje designamos Peru não era então bem conhecida, aí se concatenou no mapa de Brouscon; e) sendo que, no entanto, pouco depois, como se vê na Figura 1 no mapa dito Delfim ou Harleian (c. 1547), esta anomalia já está removida, persistindo não obstante a grande massa continental a sul de Java, dita “Java la Grande”.

Em qualquer dos casos das Figuras 6 e 8 – e nomeadamente no mapa de Brouscon como Thomaz (2013) bem observou²⁹ – a semelhança com a costa ocidental da Austrália é inegável.

As principais críticas com que se poderia objetar à tese aqui proposta – quanto à localização em termos de coordenadas esféricas de latitude e longitude – têm, como veremos, resposta possível ou mesmo adequada: a origem portuguesa do mapa de que Schöner se terá servido levou a colocar *Brasilie* por debaixo do que já era então conhecido e cartografado, tendo como suporte a narrativa de *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt* e eventualmente outras informações com origem em Francisco Serrão, como se discutirá adiante.

Relativamente às incertezas nas medições acrescidas dos erros cartográficos na sua representação, Nunn (1931) diz-nos que no mapa de Waldseemüller de 1507 a costa da Ásia oriental aparece representada cerca de 45° a oeste da costa atlântica de uma península semelhante à Florida, portanto com um erro rondando cerca de 100 graus de longitude – consideravelmente menor do que aquele que aparece associado à localização de *Brasilie Inferior* interpretado como sendo uma representação primeva da Austrália. Collingridge (1895, p. 92) refere-se a

²⁹ Nesse artigo, Luís Filipe Thomaz refere outros mapas onde essa anomalia aparece figurada.

Brasilie Regio considerando em primeiro lugar que *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt* terá sido a tradução confusa de um original português e que essa região deverá antes reportar-se à Austrália e Nova Guiné, que juntas formariam o continente Austral, segundo um conceito então corrente.

TÓPICOS DE DISCUSSÃO

DA SIGNIFICAÇÃO

Interpretando signos convém situar algumas referências. Desde Saussure (1911) que se estabelece a distinção, em relação ao signo linguístico, entre significante e significado, depois transposta para uma ordem mais geral, em que o significante corresponde ao suporte material do signo e o significado ao conceito que lhe está associado, numa dada cultura³⁰ ou comunidade interpretante, sendo o sistema de associação entre significantes e significados constituído por um código.

Os mapas são signos complexos, derivados da articulação de numerosos signos elementares, e os mapas do século XVI, quer pela imprecisão cartográfica nomeadamente ligada aos cálculos da longitude, quer pela hibridação entre elementos reais e imaginários, mitológicos, característicos da cultura de uma época onde domina a figura alegórica, sê-lo-ão ainda mais. Se os mapas se associam a uma função predominantemente icónica – e, na terminologia de Peirce³¹ (c. 1894) o ícone define-se como um signo que manifesta uma relação imediata de semelhança com o referente – também comportam símbolos, cujo significado decorre de convenções culturais, podendo estes considerar-se arbitrários ou motivados; e ainda índices: signos que indicam por implicação, como sejam os nomes ligados a metonímias geográficas. Uma metonímia, recorde-se, é uma metáfora que apresenta uma relação de contiguidade com o referente, seja o caso de “brasil” para designar uma região com muito arvoredado de madeira carmesim que se associa à cor vermelha do fogo, ou seja: brasa.

³⁰ Por exemplo a palavra ‘lima’ que, quer na vocalização quer na escrita, significa em língua malaia e tétum o número ‘cinco’ (e, nesta última, por contiguidade, também significa ‘mão’) já em português remete para uma fruta cítrica – o mesmo significante associa-se pois a significados distintos consoante a cultura onde se insere.

³¹ <http://www.iupui.edu/~peirce/ep/ep2/ep2book/ch02/ep2ch2.htm>

É assim que no léxico de topónimos dos mapas portugueses do século XVI encontram-se pelo menos 3 classes distintas: a) nomes, adaptados do léxico local, como seja o caso de “timor”; b) substantivos comuns, simples ou adjetivados pela percepção de acidentes geográficos que se mostram singulares – índices espaciais portanto – como o “cabo de Frolles”, ou o termo “fermoso” que aparece frequentemente, em rios, ilhas, baías; c) designações do calendário litúrgico – portanto índices temporais – normalmente reportadas às datas em que tais sítios terão sido avistados ou alcançados pela primeira vez. O léxico toponímico é assim composto de uma primeira modalidade regional específica – nomes locais adaptados ao sotaque dos navegadores – e de pelo menos outras duas modalidades recorrentes, espacial e temporal, associadas a códigos relevantes nas culturas da época.

Os mapas de Dieppe eram concebidos como obras artísticas, para contemplação e ostentação de quem os pudera comprar: soberanos, aristocratas, burgueses ricos – não eram mapas de navegação, embora também fossem neles inspirados, e ainda nos “padrões” que serviam de referência, e em outros mapas avulso que se iam obtendo, por vias menos claras o mais das vezes, na decorrência da política de sigilo que vigorava e se exemplificará adiante. Não se nega, neste ensaio, que os mapas de Dieppe contenham elementos imaginários – e mais propriamente alegóricos – o que se contrariará é que se diga que possam ter sido exclusivamente construídos por elementos inventados, denegando qualquer suporte real ou de reconhecimento experimental no que se refere à massa continental “Java la Grande” ou “Terra Java”.

POLÍTICA DE SIGILO E ENIGMAS GEOGRÁFICOS

Retomando o caso relatado de João Afonso atinente à iniciativa do rei D. João III – prometendo-lhe perdão e procurando incentivar o seu regresso a Portugal – tal não seria compreensível se o piloto não dispusesse de informação relevante no âmbito da política de sigilo adotada pela coroa portuguesa que vigorava pelo menos desde o infante D. Henrique reforçada com D. João II (e.g. Cortesão, 1940, p. 17), tornando-se a exportação de mapas bem como a emigração de pilotos proibidas pelo rei, sob pena de morte (Thomaz, 1995).

Por exemplo, era tal a ênfase no sigilo que sabe-se que D. Manuel I ordenou a supressão dos roteiros marítimos da viagem de Vasco da Gama (Crowley, 2016, p. 88), mas também se sabe que tal não impediu a devassa, como seja o caso do espião Ca'Masser que, nessa época, afirmava, em carta enviada para Veneza, ter visto os roteiros marítimos da rota para a Índia (Crowley, 2016, p. 143). Aliás, uma prova tangível está expressa no planisfério dito de Cantino, datado de 1502, considerado cópia do padrão real da Casa da Índia, adquirido em Lisboa pela quantia substancial de 12 ducados de ouro e enviado então secretamente ao duque de Ferrara³².

Ainda, no *Opusculum geographicum*, Schöner (1533) diz – a propósito da construção do seu globo dessa data – que lidou com cartas marinhas desenhadas com grande qualidade e notícias de grande preço e valor, que ele localizou na melhor concordância com as posições astronómicas³³, pelo que uma vez mais se pode corroborar o comércio de informação cartográfica, apesar do sigilo e por isso mesmo, neste último caso diretamente relacionada com o autor dos globos que antes discutimos.

É sabido que Magalhães recebeu correspondência de seu amigo (e porventura primo) Francisco Serrão – que se quedara junto do sultão de Ternate desde 1512 – enviando-lhe informações sobre as Molucas onde se tinha tornado residente, e que teria exagerado a distância destas a Malaca, como nos diz Barros (1563, 1777b, p. 622) na Década III da Ásia: “ampliando isto com tantas palavras e mistérios, (...) que parecia virem aquelas cartas de mais longe que dos Antípodas, e de outro novo mundo (...)”. Ainda, acrescenta Barros, as tais cartas foram vistas na mão de Fernão de Magalhães, e “em as mostrar denunciava aquele grande serviço que tinha feito a El-rei”. Mais adiante retomar-se-á este tópico.

João de Barros era um homem culto – além de feitor da Casa da Índia e da Mina, foi autor de uma gramática de língua portuguesa entre outras obras – e a sua referência expressa a “antípodas”, não se deverá poder dissociar do termo utilizado por Ludovico de Varthema, italiano que efetuou uma viagem

³² <http://cvc.instituto-camoes.pt/cartografia-e-cartografos/planisferio-anonimo-de-1502-dito-lde-cantinor.html>.

³³ Parte I, cap. IX: “in hoc nostro opere nouoordinauimus, nam ad manus fuere chartae marinariae optimis characteribus confcriptae, & nouae, magni ualoris & precij quaru etiam loca Metheorofcopijs, quantu potuimus, concorditer locauimus”.

a Java em 1505 com relato publicado em 1511, termo que implica uma vasta massa continental existente a sul. O conceito de antípodas como fundamento de uma geografia imaginária herdada de proposições metafísicas e escatológicas de Aristóteles, Ptolomeu e outros, ancorando o equilíbrio do mundo, encontra-se longamente discutido em Stallard (2016).

No entanto, diz-nos Bartolomé Leonardo de Argensola, clérigo espanhol que escreveu o tratado *Conquista de las Islas Malucas*, algumas coisas surpreendentes que não se parecem encontrar referidas, pelo menos claramente, nos autores coevos portugueses, nomeadamente: a) que além de António de Abreu e Francisco Serrão, também Fernão de Magalhães integrava a armada que foi descobrir as ilhas Maluco³⁴, e que todos estes três capitães tomaram diferentes rumos (Argensola, 1609, p. 6); b) que Magalhães se achava em umas ilhas a seiscentas léguas de Malaca, donde se correspondia com Serrão que lhe terá dito que gostava que viesse a Ternate, ao que Magalhães terá anuído embora dizendo que lhe parecia antes que ficava na demarcação de Castela porque Maluco distava seiscentas léguas de Malaca, cerca de 36° de longitude (idem, p. 15).

Não sei asseverar do que está dito acima, embora a recorrência dos termos “seiscentas léguas” parece não poder deixar de invocar a aparente conexão de *Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt* com esta região das Molucas e a eventual presença de Magalhães na região, talvez o mais afamado piloto do rei de Portugal referido nesse texto.

Por outro lado, o esboço de Francisco Rodrigues onde se refere a ilha de Timor mostrado na Figura 3, pode considerar-se relacionado com um mapa javanês da época, cujo original se terá perdido no naufrágio da *Frol de la Mar*, conforme se dá conta na carta que Afonso de Albuquerque escreveu ao rei D. Manuel de Portugal datada de 1 de Abril de 1512, cuja transcrição se apresenta seguidamente (Pato, 1884, pp. 64-65):

tambem vos vay hum pedaço de padram que se tirou d ùa gramde carta d um piloto de jaoa, a qual tinha ho cabo de bóoa esperança, portugall e a terra do brasyll, ho mar rroxo e ho mar

³⁴ Diogo de Couto numa descrição da ilha Amboino na *Década Sétima* (1616, 1783, p. 541) afirma: “ (...) indo ali ter Francisco Serrão da companhia de Fernão de Magalhães”, o que pode ter várias interpretações já que é sabido que participaram juntos na conquista de Malaca, entre outras campanhas.

da persia, as ilhas do cravo, a navegaçam dos chins e gores³⁵, com suas lynhas e caminhos dereytos por omde as nãos hiam (...); tinha os nomes por letra jaoa, e eu trazia jao que sabia ler e esprever; mamdo esse pedaço a vossalteza, que francisco rrodriguez empramtou sobre a outra, domde vossalteza poderá ver verdadeiramente os chins domde vem e os gores, e as vossas naos ho caminho que am de fazer pera as ilhas do cravo, e as minas de ouro omde sam, e a ilha de jaoa e de bamdam, de noz nozcada e maçãs, e a terra delrrey de syam, e asy ho cabo da terra da navegaçam dos chins, e asy pera onde volve, e como daly a diamte nam navegam; (...).

Pelas palavras de Albuquerque, tratar-se-ia de um mapa javanês representando grande parte do mundo, incluindo a América do Sul e a Europa Ocidental. Mas Schwartzberg (1994) refere que tal não lhe parece verosímil, sendo tal mapa-mundo mais provavelmente feito da hibridação de um mapa europeu e de um mapa javanês e, para evidenciar diferenças estilísticas, mostra um mapa javanês do início do século XVIII, relativo à península malaia, onde esta se mostra representada convoluta – como se fora uma serpente – por forma a acomodar-se à esquadria, revelando o detalhe de costa necessário ao reconhecimento local.

Ora, tal representação não seria admissível num portulano, onde imperava o domínio da quadrícula – invenção aliás atribuída ao infante D. Henrique (Winter, 1949) – também designada “carta plana quadrada” (Cotter, 1977), respeitando tanto quanto possível as dimensões da longitude e latitude, embora com as imprecisões inerentes, mormente relativas à primeira coordenada. João de Barros refere-se-lhe, a propósito de Magalhães: “(...) e altura de Leste, Oeste; matéria que tem lançado a perder mais portugueses ignorantes do que são ganhados os doutos por ela, pois ainda não vimos algum que o pusesse em efeito” (Barros, 1563, 1777b, p. 627).

É sabido que os portugueses no decurso das suas explorações marítimas abandonaram as concepções ptolomaicas sobre as dimensões do planeta e estabeleceram um grau equatorial de 70 milhas – um valor muito aproximado do correcto – sendo a milha portuguesa um pouco maior do que a italiana (Nunn, 1931). Aliás, é cada vez mais enfatizado que os Descobrimentos ibéricos, e em particular os portugueses, estabelecem um marco que permite ancorar a emergência da ciência

³⁵ Habitantes da Formosa, segundo Olshin (1996).

moderna (Alvarez e Leitão, 2010; Leitão e Alvarez, 2011) com a prevalência do empirismo sobre as considerações metafísicas, conforme já expressara no início do século XVI, Duarte Pacheco Pereira (c.1506,1892, p. 7): “[...] & alem do que dito he ha experiencia que he madre das coufas nos defengana & de toda duvida nos tira”; ou ainda (idem, p. 99): “& como quer que a experiencia he madre das coufas por ella soubemos rradicalmente a verdade [...]”.

É verdade que o mapa apresentado na Figura 3 não se apresenta como um portulano típico: falta-lhe detalhe e topónimos locais. Talvez, acrescenta-se aqui, a existência de uma representação convoluta ao estilo javanês, complicasse a identificação do alcance do mapa e das suas partes. Na opinião de Collingridge (1895, p. 91) o termo “terra do brasyll” referido por Albuquerque aplicar-se-ia à Austrália, e o mapa seria de origem árabe o que tornaria a narrativa mais compreensível.

Ainda, não há dúvida de que os chineses frequentavam regularmente a ilha de Timor antes dos portugueses, pois está referido no tratado *Dao yi Zhi lue* (c. 1350) que a ilha de Timor está situada no noroeste de [Zhong-]Jia Luo e que nas suas montanhas não crescem outras árvores senão sândalos, que são muito abundantes (Hägerdal, 2012, p. 1). Já em relação às Molucas, Barros (1563, 1777b, p. 577) diz-nos que os chineses também frequentavam regularmente aquelas ilhas, e que Halmahera era designada no tempo Batochina³⁶ [de Moro ou de Muar], significando “terra de China”. É verdade que, se o mapa chinês de *Mo-yi-tong*³⁷ – reportado como sendo datado de 1763 reproduzindo um original de 1418 – fosse considerado confiável, o que atrás foi referido como enigmático estaria potencialmente resolvido, no entanto a maioria dos académicos não aceita a sua veracidade, apontando-se anacronismos (e. g. Wade, 2007). Não é sabido que as sucessivas viagens do almirante Zheng He tenham alcançado a ocidente para além da costa oriental de África³⁸, e o mapa designado *Mao Kun*, considerado derivado dessas viagens não alcança mais a oriente do que Bornéu e as ilhas Sulu³⁹.

³⁶ António Galvão (1563: 36v.) antes menciona: “Batachina”.

³⁷ http://www.gavinmenzies.net/wp-content/uploads/2011/08/xyz769_26.jpg

³⁸ <https://www.britannica.com/biography/Zheng-He>

³⁹ https://en.m.wikipedia.org/wiki/Mao_Kun_map

Pelo contrário, o mapa designado *Kunyu Wanguo Quantu*⁴⁰ é considerado o primeiro mapa-mundo chinês inquestionável e foi encomendado ao missionário jesuíta italiano Matteo Ricci que, junto com colaboradores chineses, o produziu em 1602, gravado em painéis de madeira – e que se mostra parcialmente na Figura 9, juntando as placas 1-3.



Figura 9 – Mapa *Kunyu Wanguo Quantu* de Matteo Ricci, 1602, 1-3.

O mapa da Figura 9 mostra uma protuberância a sul de Java (concatenada numa massa continental e austral imensa⁴¹) que se poderia considerar aparentada com as representações de *Java la Grande* nos mapas de Dieppe, e que, em forma residual triangular, ainda assim reveladora, subsiste nos mapas pós-Dieppe, como seja o da Figura 10, de *Benedictus Montanus* (Benito Montano)⁴², datado de cerca de 35 anos antes da “descoberta oficial” da Austrália, atribuída ao holandês Willem Janszoon em 1606.

⁴⁰https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/20/Kunyu_Wanguo_Quantu_by_Matteo_Ricci_All_panels.jpg/1280px-Kunyu_Wanguo_Quantu_by_Matteo_Ricci_All_panels.jpg

⁴¹ Pode ver-se a semelhança com o mapa de Mercator de 1569: https://en.wikipedia.org/wiki/Mercator_1569_world_map#/media/File:Mercator_1569.png

⁴² http://www.slq.qld.gov.au/__data/assets/image/0004/226345/varieties/w920.jpg



Figura 10 – *Pars Orbis*, hemisfério oriental, 1571/1572 – *Benedictus Arias Montanus*.

Relativamente às Molucas não há qualquer dúvida sobre a prevalência de uma política de sigilo: Thomaz (2009) exemplifica que, em 1519, D. Manuel mandou seguir pela rota do Cabo a Jorge de Brito com a incumbência de construir um forte em Ternate no maior segredo e na sua nomeação para capitão da fortaleza dizia-se enganosamente que a ia construir em Samatra. De facto Gaspar Correia⁴³ (c. 1556, 1861, p. 624) afirma: “O que o Governador, vendo tão fortes provisões muyto quis saber do Jorge de Brito a causa d’ysto; mas elle lho encobrio, dizendo que ElRey lhe defendia que o nom descobrisse”, o que

⁴³ As *Lendas da Índia* de Gaspar Correia só foram publicadas séculos depois da versão manuscrita, sendo a esta atribuída a datação de c. 1556-1560.

mostra que nem ao Governador da Índia – no caso Diogo Lopes de Sequeira – Brito estaria autorizado a relatar. Também Castanheda (1553, p. 126) confirma: “E por el-rei encobrir mais sua ida lançou fama que ia fazer uma fortaleza na ilha de Samatra [...]” Bem antes, D. Manuel, em carta dirigida ao primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida, datada de c. 1506, falava de uma certa armada de Castela que lhe foi notificado que se fazia prestes para ir em busca de Malaca “fazendo duvidoso ser dentro das nossas marcas; e que, por ser tomada, primeiro, por nós a posse, que nestas cousas dá muito direito, além do que nós cremos que nisso temos [...]” (Sá, 1954, p. 6).

VIAGENS RELATADAS DE PORTUGUESES ÀS MOLUCAS ATÉ 1520

Um marco que poderá ser importante na interpretação dos topónimos dos mapas de Dieppe, em particular do Atlas de Rotz de 1535-1542 e subsequentemente no Atlas Vallard de 1547, encontra-se na citação de Helen Wallis, então curadora do departamento de mapas da Biblioteca Britânica (no Museu Britânico) e considerada uma referência académica no assunto (Wallis, 1985, p. 192):

The Landmass of Java-la-Grande which features conspicuously on Descelier's chart as on other Dieppe maps deserves special attention. In my work on Rotz's Atlas and elsewhere I have suggested that the information for Java-la-Grande was obtained in Sumatra by Pierre Grignon and his men on Jean Parmentier's voyage from Dieppe, 1529-30. Whether it represents the Portuguese discovery of Australia in the 1520s is a matter of current debate, but may well be so.

A citação referida⁴⁴ poderá ser relevante para situar o detalhe cartográfico e toponímico com que nos deparamos no Atlas Vallard, atrás exemplificado. Como também já se disse não se encontra no relato da viagem dos irmãos Parmentier qualquer referência à “Grande Java”, mas tal não seria de esperar se lidamos com um objetivo secreto. Também não parece fácil encontrar documentação adicional que pudesse esclarecer dúvidas, pois que os arquivos de Jean Anjo, que financiou essa expedição e outras, terão sido totalmente destruídos quando do bombardeamento de Dieppe no final do século XVII.

⁴⁴ Diga-se ainda que Major (1859: lxii) faz uma consideração semelhante.

No âmbito da tese exposta neste ensaio propomo-nos considerar que a protuberância anexa ao Brasil no mapa de Brousson de la Figure 6 corresponde à translação de um mapa autónomo que terá originado *Brasilia Inferior* da Figura 8, que por sua vez não pode ser dissociado de *Brasilie Regio* da Figura 7. Ficamos assim com um período de incidência estreito para considerar as viagens que poderiam ter dado origem à representação original, pois que se o globo da Figura 7 é datado de 1515 a informação teria de estar disponível na coroa portuguesa em 1514-15 o mais tardar, para haver tempo de poder migrar, ainda que clandestinamente.

Além disso, entre 1515 e 1520 ocorre uma evolução que se pode considerar significativa na representação dessa massa austral, pelo que se pode presumir que terá havido informações adicionais. Finalmente, o detalhe observável no Atlas Vallard e outros mapas de Dieppe, terá sido conseguido, provavelmente, ainda em viagens ulteriores realizadas na terceira década de quinhentos.

Ora, dos relatos conhecidos das viagens às Molucas, que se afigura ser o eixo primordial da presença portuguesa na região juntamente com Timor, após a expedição de António de Abreu e Francisco Serrão de 1511/2, diz-nos Azevedo e Silva (2013, p. 12-13) que ocorreram se seguintes viagens até 1520: em março de 1513 saiu outra frota de Malaca sob o comando de João Lopes Alvim⁴⁵ regressando em junho com cerca de 1200 quintais de cravo; ainda, em dezembro de 1513, partiu outra armada comandada por António Miranda de Azevedo; em 1514 o mesmo Azevedo regressou à ilha de Banda; em 1515 partiu Álvaro Cocho com dois juncos para Ternate, tendo regressado com sucesso a Malaca; nesse mesmo ano segue nova frota de juncos capitaneados por Francisco Pereira e Jorge de Lençóis, mas perderam-se os juncos no regresso; em 1516 foi Manuel Falcão à ilha de Banda; em 1517, Simão Vaz também rumou a Banda; em 1518 partiu de Malaca com destino às Molucas Tristão de Meneses; em 1519 foi a vez de Diogo Brandão; em 1520 partiu uma frota sob comando de António de Pina e Gonçalo Correia.

⁴⁵ Levando como escrivão Tomé Pires, o autor de *Suma Oriental*.

Ainda, Florbela Frade (1999, p. 85-99) detalha alguns dos casos referidos atrás como, por exemplo, o de que a primeira expedição capitaneada por António de Miranda Azevedo contactou efetivamente com Francisco Serrão, conforme carta escrita por Jorge de Albuquerque ao rei em 8 de janeiro de 1515, onde afirma enviar junto as cartas do mesmo Serrão; ainda refere que a expedição de Álvaro Cocho – também nomeado Álvaro Diogo Coelho – a bordo do São Cristovão, poderá ter ocorrido em 1516, e desse Álvaro dá uma outra notícia interessante: a de que no (anónimo) livro *Tratado de las Yslas de los Malucos*⁴⁶ se diz que a segunda expedição portuguesa às Molucas realmente dataria de 1513 e foi levada a cabo por um junco capitaneado por Álvaro Cocho e pilotado por Luís Cotim que teriam levado para Portugal uma carta-padrão e uma missiva de Serrão para D. Manuel.

Diz a autora que esta viagem não é confirmada por outras fontes, o que colocaria alguma dúvida sobre a sua efetividade, mas – acrescenta-se aqui – tal seria o caso mais provável no âmbito de uma política de sigilo, ainda existindo uma carta de Afonso Fernandes Jacobus nas Gavetas da Torre do Tombo dirigida ao rei, pedindo os regimentos de António de Abreu, Álvaro Cocho e D. Tristão que correspondiam aos primeiros capitães das armadas a Maluco, o que contribui para a verosimilhança da narrativa. Transcreve-se a passagem referida (Sá, 1988, p. 99):

(...) e eles asy com el rey de Ternate estamdo, chegou hum junquo de Portugueses em que hya por capitão Alvaro do Cocho e pilloto Luis Cotim, e foy o primeiro que de Maluco levarão para Portugall padrão e por eles escreveo a el rey Dom Manuell Francisco Sarrão e mamdou alguns de sua companhia por emburullhadas e revoltas que já amtre eles avia.

Seja por via dessa viagem de Álvaro Cocho, seja por via de António Miranda de Azevedo, pode tomar-se como inferido que em 1515 o rei D. Manuel I conhecia correspondência de Francisco Serrão e informações com relevância geográfica sobre aquela região, incluindo, pelo que se lê, um padrão.

⁴⁶ Supõe-se que este documento seria uma peça do espólio deixado pelo cosmógrafo Alonso de Santa Cruz no *Archivo General de Indias* de Sevilha. Foi transcrito por Artur Basílio de Sá (1988, p. 5-160) propondo datar o documento no período 1536-38. Também se conjectura que poderá ter sido uma primeira versão de uma obra quase homónima de António Galvão, considerada perdida.

TRATADO DE SARAGOÇA

Que dizer do Tratado de Saragoça assinado por D. João III em 1529? Onde entregou a quantia deveras substancial de 350,000 ducados de ouro (ou cruzados) a seu primo e cunhado Carlos I de Espanha – também imperador Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico – ainda que a título reversível se aquele lhe devolvesse o dinheiro comprovando-se que as ilhas ficavam na demarcação de Castela, a troco da fixação dos limites do antimeridiano de Tordesilhas a 297,5 léguas a leste das Molucas. Esse estranho número “297,5 léguas” é-nos explicado por Diogo de Couto (1602; 1778b, p. 114): “[...] em que montavam duzentas noventa e sete léguas e meia a Oriente de Maluco, dando dezassete léguas e meia por grau equinocial”. Portanto o antimeridiano assim contratualizado passaria 17 graus de longitude a oriente das Molucas: uma faixa-tampão de tal amplitude que não se poderá considerar que o objetivo fosse salvaguardar apenas as Molucas, mas algo mais.

João de Barros (1563, 1777b, pp. 599-600) diz-nos que Francisco Serrão, ao tempo da sua permanência em Ternate nas Molucas escreveu ao rei D. Manuel e também aos seus amigos, principalmente a Magalhães – enviando as cartas através de Pero Fernandes que acompanhava António de Miranda d’Azevedo no seu regresso – fazendo a distância daquelas ilhas a Malaca dobrada⁴⁷, e dando a entender que tinha descoberto “outro novo mundo” maior, e mais remoto e rico do que descobrira Vasco da Gama. Ainda, em outra passagem, referindo-se uma vez mais a Magalhães (Barros, 1563, 1777b, p. 627): “[...] com mostrar as cartas, que lhe Francisco Serrão escreveu, começou a semear nas orelhas desta gente, que as ilhas de Maluco estavam tão Orientais, quanto a nós, que caíam na demarcação de Castela”.

Castanheda (1554, p. 9) faz relato semelhante, ainda afirmando que resultou da expedição de Magalhães o seguinte:

[...] mas a verdade foi posta nos papéis e livros em que as escreviam, cuidando que não haviam nunca de aparecer, como depois apareceram, e vieram ter às mãos dos nossos, pelos quais se mostrou que as ilhas de Banda e de Maluco são do descobrimento de Portugal, e ainda além de Banda treze graus e meio, e de Maluco dezasseis⁴⁸.

⁴⁷ Tal implicaria que as Molucas ficariam aproximadamente à longitude da Nova Zelândia.

⁴⁸ Ainda Castanheda (1554, p. 59) explica que esses documentos foram apreendidos por

Ainda assim, também nos diz Castanheda (1554, p. 13) que, mesmo após haver essa confirmação, os espanhóis arrimaram à ilha de Tidore prometendo ao sultão que haviam de tomar Malaca aos portugueses porque dela até Maluco tudo era do rei de Castela. E, de facto, ainda houve muita contenda que não nos cabe aqui relatar.

DISCUSSÃO

A História, na sua compleição de ciência positivista, lida de forma paradoxal com o secreto. Por um lado, reconhece a sua existência como facto – de que, por exemplo, se refere a propósito da política de sigilo, que é certo que tal política teria sido praticada por várias potências e classificada como ‘segredo geográfico’ em Cartago, Noruega, Hansa, Veneza, Egipto mameluco e Holanda (Cortesão, 1940, p. 12) – sendo que, por outro lado, exige suporte documental para comprová-lo, portanto a devassa do próprio segredo ou fuga de informação. Dito de outro modo, o segredo bem guardado parece inalcançável.

A Semiótica, enquanto ciência definida como teoria da significação, exige nas suas proposições a conformidade da consistência interna e da adequação aos factos, mas admite a existência de soluções definidas implicitamente – tal como ocorre na Matemática, onde estas decorrem por necessidade lógica dentro do quadro conceptual em que estão imersas – a partir do momento que estabelece um estatuto ontológico para o secreto, derivado no quadrado veridictório como algo que sendo [verdadeiro], não parece sê-lo (e. g. Casquilho, 2013). E não parece sê-lo porque se sobrepôs uma estratégia de encobrimento e dissimulação, obliterando-se a matéria probatória. Aliás, como método, é frequente a Semiótica incorrer na abdução peirceana⁴⁹, onde, sucedendo ao princípio da causalidade, de um efeito se procura inferir a causa mais provável, tão mais provável quanto se consigam erradicar outras causas possíveis daquele mesmo efeito.

António de Brito numa nau espanhola da armada de Magalhães que estava nas bandas de Tidore, e por ele entregues ao feitor.

⁴⁹ <https://plato.stanford.edu/entries/abduction/>

A agenda política do rei Manuel I de Portugal é bem conhecida: o grande projeto do *Venturoso*, que reinou de 1495 até 1521, era de cruzada, visando a derrocada do sultanato Mameluco do Cairo e a reconquista de Jerusalém, desígnio também nomeado como messianismo iluminado (Thomaz, 2009), financiado com o comércio das especiarias, aspirando ao título de imperador de um reino messiânico cristão (Crowley, 2015, p. 143). E de facto, o sultanato Mameluco do Egito, erodido pela incursão portuguesa nos seus circuitos comerciais, rotas e feitorias, vem a ruir em 1517, mas para ser substituído por um poder bem mais temível: o império Otomano.

Da viagem de Magalhães, terminada por Juan Sebastián Elcano, como nos diz Barros (1563, 1777b, p. 662) resultou haver algumas dúvidas entre D. João III de Portugal e o imperador Carlos V e rei de Castela, tratando-se o caso sobre estes dois pontos, posse e propriedade, por razão das demarcações que entre dois reinos havia – de que derivou como solução o referido Tratado de Saragoça. A tal também não deverá ser estranho o relato da expedição de Jorge de Meneses às Molucas em 1526, por via do norte de Bornéu, relatada por Diogo de Couto (1602, 1778a, p. 180):

Aqui viram os nossos alguns dos naturais, assim homens como mulheres, tão alvos, e louros como Alemães⁵⁰, e perguntando como se chamavam aquelas gentes disseram que Papuas, e pelo pouco conhecimento que então tínhamos daquela terra, cuidaram os nossos serem ilhas; mas quanto a nós pelo que depois se veio a alcançar, esta terra é aquela a que Marco Polo Veneto chama Lochac, que diz ser riquíssima de ouro, que diz que estava setecentas milhas (que são muito perto de duzentas léguas nossas) de Java, e a põe da outra banda do Trópico [...].

Na imagem da Figura 11, mostra-se: a linha de demarcação (a pontilhado) da bula *Inter Caetera* de 1493; a ocidente desta (a cheio), a nova demarcação do Tratado de Tordesilhas (1494); e a oriente, o antimeridiano definido pelo Tratado de Saragoça (1529). O leitor é convidado a comparar a porção

⁵⁰ Já atrás demos conta do relato da presença de fenómenos de albinismo (v. nota 10). De notar, no entanto, que quer no Mapa Anónimo de c. 1540 da Herzog August Bibliothek quer num mapa da coleção Machado Figueira c. 1615-22, atribuído a Godinho de Erédia, a “Ilha dos Homens Brancos” aparece situada a sul da Nova Guiné, sensivelmente no paralelo de Java.

da Austrália alcançada com o antimeridiano de Saragoça e a representação de *Brasilía Inferior* na Figura 8.

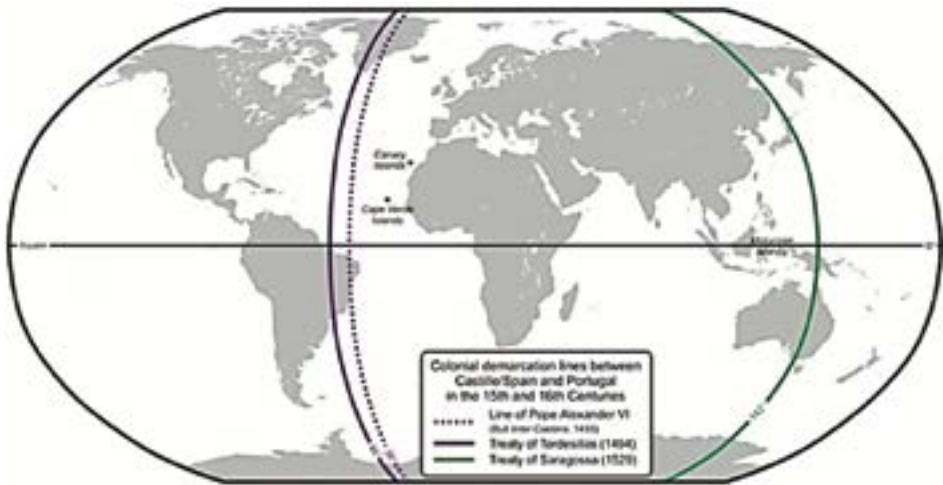


Figura 11 – As linhas históricas de demarcação de domínios coloniais entre Portugal e Castela/Espanha nos séculos XV/XVI⁵¹.

Sucedendo João III a seu pai Manuel I em 1521, a agenda política tornou-se mais pragmática: já não se visava a reconquista de Jerusalém e o desígnio imperial *de jure*, mas a gestão de um império marítimo vasto e fragmentado de facto, aliás ensombrado pela “maldição de Avis” que seria interpretada como a origem do desalento de o rei ter visto morrer os seus dez filhos em vida, colocando em causa a sucessão do trono.

Os recursos humanos e logísticos disponíveis para tal empresa eram poucos, perante a quantidade de feitorias e praças-fortes a que havia de acorrer. É assim que se entende a hierarquização de prioridades resultando no abandono de Safim, Azamor ou Arzila em Marrocos, ao mesmo tempo que impulsionava a colonização do Brasil através do instituto das capitanias hereditárias e adquiria ou fortificava novas posições na Ásia como sejam Diu, Bombaim, Baçaim na Índia ou ainda Macau – daí um dos seus cognomes: “Colonizador”.

⁵¹ https://en.wikipedia.org/wiki/Treaty_of_Zaragoza#/media/File:Spain_and_Portugal.png

O pano de fundo deste ensaio visa contribuir para se sopesar duas hipóteses de sentido contrário – portanto alternativas – que ainda se apresentam hoje em cima da mesa sem consenso, naquilo que se pode considerar como a polémica relativa à teoria da descoberta portuguesa da Austrália⁵². De um lado, temos aqueles que defendem que há indícios seguros, mesmo incontornáveis, para se poder afirmar que os portugueses terão sido os primeiros europeus a fazer o reconhecimento das linhas de costa do que hoje designamos como Austrália – falamos sobretudo dos topónimos portugueses nos mapas de Dieppe – enquanto do outro se afirma que não existem tais indícios porquanto os mapas de Dieppe, no que se refere a essa região, são meras projeções imaginárias, artefactos ideológicos derivados dos conceitos herdados de Aristóteles e Ptolomeu entre outros, por coincidência projetados na região em que sensivelmente se encontra a Austrália.

Não se procurará aqui ser exaustivo na menção de todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para o assunto, apenas salientando alguns marcos significativos do dissenso.

Se, do lado anglófono, se pode dizer que há uma primeira menção com Dalrymple em 1786, foi com uma publicação de R. H. Major de 1859 que o assunto virou intensamente polémico; sendo o autor curador de mapas no Museu Britânico, vem a afirmar (Major, 1859, p. lxi): “[...] the existence of Portuguese names on the countries of which we speak, as thus delineated on the French maps, is in itself an acknowledgment of their discovery by the Portuguese [...]”; ainda, constante no final desse livro como anexo, o autor dá-nos conta de uma carta escrita por si a Sir Henry Ellis, intitulada “Discovery of Australia by the Portuguese in 1601”, onde afirma que dispunha de um mapa em que se dizia que a Austrália teria sido descoberta por Manoel Godinho de Erédia, cosmógrafo português residente em Malaca, no ano de 1601, e remata: “[...] I would not close without one word of reverent tribute to the ancient glories of a once mighty nation. The true heroes of the world are the initiators of great exploits, the pioneers of great discoveries. Such were the Portuguese in days when the world was as yet but half known and puny thing. [...]” Tal encómio custou-lhe caro: é verdade que esse mapa existe⁵³, mas Major, apesar

⁵² Ver https://en.wikipedia.org/wiki/Theory_of_the_Portuguese_discovery_of_Australia

⁵³ <http://nla.gov.au/nla.obj-231708497/view>

de uma aturada busca de contexto para averiguar da sua legitimidade, não se viu informado de que Godinho de Erédia, tendo prevista, e autorizada, uma expedição na demanda da Ilha do Ouro, esta não se chegou a realizar por haver conflitos na região de Malaca, atacada pelos holandeses, onde ficou retido. Em face desta inconsistência tornada pública, Major foi obrigado a retratar-se e terá ficado com a reputação arruinada por um erro circunstancial, que serviu para denegar todo um conjunto notável de informação criteriosamente documentada sobre o assunto.

Também o australiano George Collingridge (de Tourcey), nascido em Inglaterra e educado em Paris, publica em 1895 um volumoso tratado sobre o assunto que se pode considerar uma obra incontornável, que merece seguramente ser revisitada por qualquer interessado no assunto e que atrás já citámos; comentando os mapas de Dieppe – embora não refira o Atlas Vallard e o mapa de Brouscon – afirma (Collingridge, 1895, p. 167): “[...] and the Portuguese and Spanish will undoubtedly be entitled to the claim and honour of having discovered Australia.” Ainda, na sua interpretação, o deslocamento da Austrália para oeste e a colagem com a ilha de Java, a menos de um canal que aparece figurado como um rio, terá sido intencional pela parte dos portugueses para garantir a titularidade, abrangendo a totalidade, ou quase, do continente (idem, p. 170). Cerca de dez anos depois, Collingridge é encorajado a publicar uma síntese da sua obra, para efeito de ser utilizada nas escolas australianas, ora intitulada *The First Discovery of Australia and New Guinea*. A obra foi escrita e impressa, mas a sua distribuição às escolas desautorizada, criando ao autor consideráveis dificuldades económicas.

Ainda é verdade que Joaquim Pedro de Oliveira Martins – a quem não se negará a inteligência e escrita acutilante – afirma (Martins, 1902, p. 196): “Deve ser isso o que sucedeu com a Austrália no século XVI; não nos parece que português algum a tivesse visitado [...]”. Isso o quê? Pelo que Oliveira Martins refere trata-se de poder desenhar uma carta por informações, poderem essas informações ser certas e aparecerem confirmadas por viajantes ulteriores, sem que tal prove que quem o fez foi autor do descobrimento. No escrito vê-se que Martins só teria conhecimento de 2 dos mapas de Dieppe: presumivelmente o Delfim da Figura 1, sendo o outro seguramente o de Rotz (1542) pois que

o nomeia; nem os debuxos de João Afonso ou outros, são referidos pelo autor que se debruça, aliás com zelo, sobre as incongruências dos relatos de Manoel Godinho de Erédia, tema de que ora não nos ocupamos. Opinamos que o ensaio de Martins, embora interessante, não se mostra relevante no escopo do assunto que neste texto é discutido.

Finalmente, e mais recentemente, colocando-se do lado da prioridade atribuída aos portugueses no reconhecimento da costa australiana, temos as obras de McIntyre (1977, 1982) e Trickett (2007), qualquer delas importante. Azevedo e Silva (2013, p. 15) indica os autores portugueses que mencionaram que Cristovão de Mendonça teria sido o obreiro do descobrimento sistemático da costa australiana – conforme também defende Trickett – mas Thomaz (2013) conclui que tal não se afigura compatível com a cronologia conhecida e o regime local das monções. Esse é assunto que não se aprofundará aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frequentando os portugueses a costa sul da ilha de Timor pelo menos desde os anos de 1513-1515, e tendo iniciado a incursão nas Molucas desde 1512, com viagens periódicas anuais, se não mais, sucedendo-se a construção da primeira fortaleza na região em Ternate, – encomendada sob estrito sigilo e iniciada por António de Brito em 24 de junho de 1522 – parece esdrúxulo denegar-se que os portugueses tenham conhecido a costa da Austrália cuja parte norte é vizinha das rotas de navegação na zona, distando pouco mais de 600 Km da ilha de Timor, quando há evidência cartográfica substancial, como sejam os topónimos portugueses no Atlas Vallard (1547) ou no Atlas de Rotz (1542).

E, no entanto, é essa a tese dominante no âmbito institucional australiano (e.g. King, 2013). Poder-se-á perguntar: será que tal não advém de uma longa agenda de interesses políticos e económicos, mais recentemente com odor a hidrocarbonetos? Em termos metodológicos, é minha convicção que os autores que denegam a origem portuguesa dos mapas de Dieppe aplicam os termos da oposição aristotélica substancial/acidental *a contrario*, incorrendo em sinédoque e contrariando o princípio da máxima verosimilhança.

Sem pretender deixar o assunto encerrado, como desde o início se disse, ainda assim quer-se deixar ancorados alguns marcos. Defende-se neste ensaio que as formas de *Brasilie Regio* e *Brasilie Inferior* nos globos de Schöner de 1515 e 1520 representam o continente australiano – no mesmo sentido que Collingridge expressou relativamente à primeira – e que a última se pode considerar bastante semelhante à anomalia adstrita ao Peru no mapa de Broussonet, compaginável com a tese sobre a existência um mapa autónomo dessa região referida por Thomaz (2013). Afinal, os signos comportam uma forma e uma injunção (Mourão e Casquilho, 2012).

Pela cronologia reportada, esse suporte cartográfico mostra-se eventualmente compatível com a viagem de António de Abreu e, nomeadamente, com as informações de Francisco Serrão enviadas ao rei de Portugal e a Fernão de Magalhães por volta de 1513-1515, de que se menciona inclusivamente a existência de um padrão. Das palavras de João de Barros relativas ao assunto não ficam dúvidas de que terão sido nomeadas terras vastas, pois outra coisa não poderia derivar de um outro “novo mundo” maior do que o que Vasco da Gama oferecera a descobrir à coroa, e a menção aos antípodas. Ainda, Manuel Faria e Sousa (1666, p. 204), comentando a correspondência entre Magalhães e Serrão, nos diz, referindo-se a este, que as suas notícias eram grandes e sólidas. Em *Luculentissima*, Schöner (1515, p. 61v) menciona *Brasilie Regio* reportando como sendo uma região circum-navegada pelos portugueses. Do que se relatou de João Afonso não há dúvidas de que o piloto português terá influenciado substancialmente a produção cartográfica de Dieppe, incluindo a configuração debuxada na Figura 4.

Defende-se, neste ensaio, que é muito mais inverosímil considerar-se que os mapas de Dieppe, incluindo o Atlas Vallard, sejam uma construção completamente imaginária, do que admitir-se que existiu o reconhecimento da linha de costa australiana feito por portugueses, ainda que não explicitamente relatado nos documentos conhecidos – e que a validade desta proposição decorre por abdução, conjugada com o princípio da parcimónia.

Não se poderia esperar dos cronistas, e outros escritores portugueses da época, que desvendassem segredos da coroa – incontestável que se mostra que a região das Molucas era particularmente crítica na política de sigilo – até

porque estavam sujeitos às licenças de publicação, entre as quais, para além do Ordinário, a da Inquisição. Serve de exemplo saber-se que os dois últimos livros de Castanheda ainda hoje são desconhecidos, porque foram banidos por imposição da regente Catarina de Áustria sob pressão dos que achavam que revelariam verdades inconvenientes.

O máximo que se poderia esperar seriam palavras meias, e essas existem. Não só as de João de Barros e outros antes relatadas, mas também porventura as de Camões (1572: 184), que, referindo-se a Magalhães, diz: “ E mais avante o estreito, que se arreia, Co nome dele agora, o qual caminha Pera outro mar, e terra que fica onde Com suas frias asas o Austro a esconde”.

AGRADECIMENTOS

É difícil encontrar palavras para agradecer a todos os anónimos cujo trabalho se traduz em tanto material disponível na *internet* sem o qual, de forma alguma, seria possível ter escrito este ensaio – refiro, com destaque: Internet Archive – *archive.org*; Wikipedia e Wikimedia Commons; Biblioteca Nacional de Portugal – *purl.pt*; Bibliothèque Nationale de France – *gallica.bnf.fr*; The British Library – *bl.uk*; National Library of Australia – *nla.gov.au*. Ainda, expresso dois agradecimentos a título particular: à Fundação Oriente em Díli, Timor-Leste, através da sua delegada Dra. Graça Viegas que prontamente facultou o acesso à obra “Portugueses na Austrália – as primeiras viagens”, que se revelou um esteio imprescindível; e ao meu colega, professor na UNTL, Doutor Alessandro Boarcceach, pelo convite para esta deriva e sugestões na revisão do manuscrito original.

REFERÊNCIAS

Afonso, João (Jean Fonteneau ou Alphonse de Saintonge ou Ian Alfonse). (1544; 1904). *La Cosmographie – Avec l’Espère et Regime de Soleil et du Nord* (publicada e anotada por Georges Musset). Paris: Leroux Éditeur.

Afonso, João. (1559). *Les voyages aventureux du capitaine Ian Alfonse Saintongeois* (Éd: Ian de Marnef). Poitiers: Pelican.

Alvarez, Walter; Leitão, Henrique. (2010). The neglected early history of geology: The Copernican Revolution as a major advance in understanding the Earth. *Geology*, v.38, n. 3, pp. 231-234.

Argensola, Bartolomé Leonardo. (1609). *Conquista de las Islas Malucas*. Madrid: Alonso Martin.

Barbosa, Duarte. (1516, 1966). *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente* (Introdução e notas de Augusto Reis Machado). Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Barros, João de. (1552; 1778). *Da Ásia – Década Primeira, Parte Primeira* (Nova Edição). Lisboa: Regia Officina Typographica.

Barros, João de. (1553, 1777a). *Da Ásia – Década Segunda, Parte Segunda*. Lisboa: Regia Officina Typographica.

Barros, João de. (1563, 1777b). *Da Ásia – Década Terceira, Parte Primeira*. Lisboa: Regia Officina Typographica.

Barros, João de. (1615; 1777c). *Da Ásia – Década Quarta, Parte Primeira* (Nova Edição). Lisboa: Regia Officina Typographica.

Camões, Luís de. (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: António Gonçalves Impressor.

Casquilho, José Pinto. (2013). Veridicção, verosimilhança e informação. *Revista Veritas*, n. 1, pp: 81-102.

Casquilho, José Pinto. (2014). Memórias do sândalo: Malaca, o atrator Timor e o canal de Solor. *Revista Veritas*, n. 4, pp: 85-106.

Casquilho, José Pinto. (2016). Signos portugueses no arquipélago de Solor e um relance sobre o enigma da(s) ilha(s) do ouro in XXVI Encontro da Associação das Universidades Portuguesas, Díli, Timor-Leste, *Rotas de Signos: Mobilidade Académica e Globalização no Espaço da CPLP e Macau*, pp: 121-138.

Castanheda, Fernão Lopes de. (1552). *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses – Livro Terceiro*. Coimbra: João de Barreira.

Castanheda, Fernão Lopes de. (1553). *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses – Livros Quarto e Quinto*. Coimbra: João de Barreira.

Castanheda, Fernão Lopes de. (1554). *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses – Livro Sexto*. Coimbra: João de Barreira.

Collingridge, George. (1895). *The Discovery of Australia*. Sydney: Hayes Brothers.

Correia, Gaspar. (c. 1556, 1861). *Lendas da Índia* - Livro segundo (lenda de 17 annos acabados no anno de 1526) Parte II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Cortesão, Armando. (1944). *The Suma Oriental of Tome Pires and the Book of Francisco Rodrigues* (vol. II). London: Hakluyt Society.

Cortesão, Jaime. (1940). *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Seara Nova.

Cotter, Charles H. (1977). The development of the mariner's chart. *International Hydrographic Review*, v. 54, n. 1, pp: 119-130.

Couto, Diogo de. (1602; 1778a). *Da Asia - Decada Quarta, Parte Primeira*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Couto, Diogo de. (1602; 1778b). *Da Asia - Decada Quarta, Parte Segunda*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Couto, Diogo de. (1616; 1783). *Da Asia - Decada Setima, Parte Segunda*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Crowley, Roger (2016). *Conquistadores- Como Portugal Criou o Primeiro Império Global*. Lisboa: Editorial Presença.

Dalrymple, Alexander. (1786). *Memoir Concerning Chagos and Adjacent Islands*. London: George Digg.

Durand, Frédéric. (2006). *Timor: 1250-2005, 750 Ans de Cartographie et de Voyages*. Toulouse, Bangkok: Éditions Arkuiris.

Frade, Florbela Veiga. (1999). *A Presença Portuguesa nas Ilhas de Maluco 1511-1605*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Galvão, António. (1563). *Tratado dos Descobrimentos* (até 1550). Lisboa: Joam da Barreira.

Hägerdal, Hans. (2012). *Lords of the Land, Lords of the Sea – Conflict and Adaptation in Early Colonial Timor, 1600-1800*. Leiden: KITLV Press.

Harris, H. (1892). *The Discovery of North America*. London: H. Stevens, Paris: H. Welter.

King, Robert J. (2013a) Havre de Sylla on Java La Grande. *Terrae Incognitae – The Journal of the Society for the History of Discoveries*, v. 45, n.1, pp: 30-61.

Leitão, Henrique; Alvarez, Walter. (2011). The Portuguese and Spanish voyages of discovery and the early history of geology. *GSA Bulletin* v. 123, n.7-8, p: 1219-1233.

Major, R. H. (1859). *Early Voyages to Terra Australis, Now Called Australia*. London: The Hakluyt Society.

Matos, Luís Jorge Rodrigues Semedo de. (2007). *Roteiros Portugueses no Extremo Oriente: sua origem e evolução no século XVI*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. (1902). *Portugal nos Mares* (2ª Ed.). Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Masefield, John (Ed.) (1908, 1914). *The Travels of Marco Polo the Venetian*. London: J. M. Dent & Sons.

McIntyre, Kenneth Gordon. (1982). *The Secret Discovery of Australia: Portuguese Ventures 250 years Before Captain Cook* (2nd Ed.). Sydney: Pan Books (Australia) Pty Ltd.

Mourão, José Augusto; Casquilho, José Pinto. (2012). O desenho e a interpretação dos signos: o Parque Biológico de Gaia. *Revista de Comunicação e Linguagens (RCL)*, v. 43-44, pp. 375-383.

Nunn, George E. (1931). The Turin Map of 1523. *Geographical Review*, v. 21, n. 4, pp. 684-686.

Oliveira, Francisco Roque de. (2013). *Terra australis recenter inventa: o ressurgimento da quarta parte do mundo na cartografia renascentista*. In *Portugueses na Austrália- As Primeiras Viagens* (coord: Carlota Simões e Francisco Contento Domingues). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp: 21-58.

Olshin, Benjamim B. (1996). A sixteenth century Portuguese report concerning an early Javanese world map. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 2, n. 3, pp: 97-104.

Orta, Garcia de. (1536) 1895. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho), vol. II. Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa.

Parmentier, Jean e Raoul .(1883). *Le Discours de la Navigation*. Paris: Ernest Leroux, Éditeur.

Pato, Raymundo A. Bulhão. (1884). *Cartas de Affonso de Albuquerque* Tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Pereira, Duarte Pacheco. (c.1506, 1892). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sá, Artur Basílio de. (1954). *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia* 1º v. (1506-1549). Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Sá, Artur Basílio de. (1988). Tratado de las Yslas de los Malucos y de los costumbres in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia* 6º v. (1595-1599). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, pp: 5-160.

Saussure, Ferdinand de. (1916, 1999). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Schöner, Johann. (1515). *Luculentissima quaedam terrae totius descriptio: cum multis vtilissimis cosmographiae iniciis*. Noribergæ: Impressum ĩ excusoria officina I. Stuchssen. <https://www.loc.gov/item/50045647/>

Schöner, Johann. (1533). *Opusculum geographicum* (...).Norimberga. http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10807355_00005.html

Schüller, Rodolpho R. (1915) A Nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Presillg Landt) e a sua origem mais provável. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XXIII, pp: 115-144.

Schwartzberg, Joseph E. (1994). Southeast Asian Nautical Maps in (Harley, J. B e Woodward, D., Ed.) *The History of Cartography*, Vol. 2, Book 2. Chicago: Chicago University Press, pp: 828-838.

Siebold, Jim. (2017). #328 *Schöner Globes Date: 1515, 1520, 1523, 1533*. www.myoldmaps.com [acedido em 8 de junho de 2017].

Silva, José Azevedo e. (2013). Viagens e mistérios nos mares da Indonésia e da Austrália, no século XVI. In *Portugueses na Austrália- As Primeiras Viagens* (coord: Carlota Simões e Francisco Contento Domingues). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp: 9-20.

Sousa, Manuel Faria e. (1666). *Asia Portuguesa – Tomo I*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira.

Stallard, Avan Judd. (2016). *Antipodes: In Search of the Southern Continent*. Clayton: Monash University Publishing.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1991). A Lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa. *Lusitania Sacra*, 2ª série, v. 3, p: 349-418.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1995). The image of the Archipelago in Portuguese cartography of the 16th and early 17th centuries. *Archipel*, vol. 49, pp: 79-124.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (2009). D. Manuel, a Índia e o Brasil. *Revista de História*, vol. 161, pp: 13-57.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (2013). A expedição de Cristovão Mendonça e o descobrimento da Austrália. In *Portugueses na Austrália- As Primeiras Viagens* (coord: Carlota Simões e Francisco Contento Domingues). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp: 59-126.

Trickett, Peter. (2007). *Beyond Capricorn: How Portuguese adventurers secretly discovered and mapped Australia and New Zealand 250 years before Captain Cook*. Adelaide: East Street Publications.

Wade, Geoff. (2007). The “Liu/Menzies” World Map: A Critique. *e-Perimetry*, v. 2, n. 5, p: 273-280.

Wallis, Helen. (1985). Material on Nautical Cartography in the British Library, 1550-1650, (Separata da) *Revista da Universidade de Coimbra*, vol.XXXII, pp:187-197.

Worth, Howard. (2013). The Torres Strait conundrum. In *Portugueses na Austrália- As Primeiras Viagens* (coord: Carlota Simões e Francisco Contento Domingues). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp: 127-128.